



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI-PI**  
**COORDENAÇÃO DE CONSTRUÇÃO - IDEPI-PI**

Rua Altos, 3541 Térreo - Bairro Água Mineral, Teresina/PI, CEP 64006-160

Telefone: - <http://www.pi.gov.br>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº: 0021942331/2026/IDEPI-PI/GAB/DENG/GETEC/CCONST TERESINA/PI, 13 DE JANEIRO DE 2026.

**PROCESSO Nº: 00119.000017/2026-87**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

Órgão: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI

Setor Requisitante: COORDENAÇÃO DE CONSTRUÇÃO-IDEPI-PI

Responsável pela Demanda: KAMYLA CIBELE SARAIVA

Matrícula nº 0360367-9

Demanda: DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD) Nº 2/2026

## **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Deste modo, busca-se assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida.

Assim, o objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para a **REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO MESTRE DEZINHO EM TERESINA-PI.**

## **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A execução da obra de **Reforma e Modernização do Centro de Artesanato Mestre Dezinho, no município de Teresina/PI**, justifica-se pela necessidade de requalificar e adequar a infraestrutura existente, de modo a proporcionar melhores condições de uso, funcionamento e preservação deste importante equipamento público voltado à cultura, ao artesanato e ao turismo local. O projeto contempla a reorganização, recuperação e modernização dos ambientes já existentes, com intervenções destinadas à melhoria das condições estruturais, funcionais e estéticas do edifício, garantindo maior acessibilidade, segurança, conforto e eficiência na utilização dos espaços por artesãos, servidores, expositores e visitantes. Além disso, estão previstas adequações técnicas e modernizações necessárias para assegurar o pleno funcionamento do Centro de Artesanato, contribuindo para a valorização do artesanato piauiense, o fortalecimento da economia criativa e a promoção do patrimônio cultural do Estado do Piauí. Dessa forma, a intervenção configura-se como um investimento estratégico para a revitalização urbana e para o desenvolvimento cultural e turístico da capital.

## **3. INSERÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS (PCA)**

A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, porém será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inc. XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima

mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço unitário, onde estará se empenhando para oferecer serviços de reorganização, recuperação e modernização dos ambientes já existentes, com intervenções destinadas à melhoria das condições estruturais, funcionais e estéticas do edifício, garantindo maior acessibilidade, segurança, conforto e eficiência na utilização dos espaços por artesãos, servidores, expositores e visitantes..

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste ETP e no Projeto Básico. A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Para que a contratação do objeto é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características deste, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021.

Sendo assim, os documentos exigidos serão:

- a) Certificado de registro (pessoa jurídica): comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
- b) Certificado de registro (pessoa física): comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os responsáveis técnicos que participarão na condução dos serviços contratados, devendo constar no mínimo um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista ;
- c) Capacidade operacional (pessoa jurídica): comprovação de qualificação técnico-operacional da empresa licitante que deverá ser através de pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico Operacional - CAO, emitida pelo CREA/CAU, suficiente para comprovar a aptidão em execução de serviços similares em porte e complexidade ao objeto desta licitação, contempladas separadamente ou em conjunto em um único atestado, para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação, com inteligência nos moldes dos artigos 53 a 57 da RESOLUÇÃO do CONFEA N. 1.137 de 5 de abril de 2023, que revogou a RESOLUÇÃO N. 1.025/2009;
- d) Capacidade profissional (pessoa física): comprovação da capacidade técnico-profissional a licitante deverá comprovar possuir no seu quadro permanente, na data prevista para apresentação dos envelopes desta licitação, pelos menos 01 (um), Engenheiro de Civil ou Arquiteto e Urbanista, detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, demonstrando responsabilidade técnica para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação, (modelo de declaração e indicação de responsabilidade técnica, relativo(s) as parcelas de maior relevância, e de valor significativo;
- e) A comprovação de vínculo do responsável(eis) técnico(s) com a empresa licitante se dará da seguinte forma: Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário integrar o quadro permanente; ou Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, ou ainda ATA de Nomeação de Diretoria

de no caso de sócio; ou Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, com firma reconhecida das partes; ou Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes, com data anterior a abertura dos envelopes da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora, durante a vigência do contrato. (É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, caso haja, este enseja imediata inabilitação todas as licitantes envolvidas);

f) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

g) Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso; e

h) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Por fim, não haverá exigência da garantia da contratação, pois os pagamentos somente serão realizados depois da devida comprovação de prestação dos serviços.

## **5. ESTIMATIVA(S) DA(S) QUANTIDADE(S) PARA A CONTRATAÇÃO**

As quantidades e características contam nas planilhas orçamentárias produzidas no projeto básico, que informam as seguintes situações: 1. COM DESONERAÇÃO: **SINAPI-PI – 12/2025 ; SICRO3 DNIT - PI - 10/2025; ORSE -09/2025 ; SEINFRA - CE - 028 ; SBC 01/2026 ; SETOP 07/2025 ; SIURB SP 07/2025 ; FDE SP 07/2025 ; EMBASA BA 06/2025 e BDI = 23,54% e BDI Diferenciado = 15,28%. Importa o presente orçamento em R\$ 3.693.097,50 (três milhões seiscentos e noventa e três mil e noventa e sete reais e cinquenta centavos); 2. COM DESONERAÇÃO: Tabela de Referência: **SINAPI-PI – 12/2025 ; SICRO3 DNIT - PI - 10/2025; ORSE -09/2025 ; SEINFRA - CE - 028 ; SBC 01/2026 ; SETOP 07/2025 ; SIURB SP 07/2025 ; FDE SP 07/2025 ; EMB ASA BA 06/2025e BDI = 27,21% e BDI Diferenciado = 18,60%. Importa o presente orçamento em R\$ 3.755.435,74 (três milhões setecentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos)****

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 23. da lei nº 14.133/2021, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Já o § 1º do referido artigo diz que o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel

para consulta de preços ou no banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; e

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Contudo, não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços por preço unitário, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

Assim, foi elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas.

Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas SINAP supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU”.

Contudo, não obstante a desnecessidade da pesquisa de mercado, estamos anexando estimativas de preços de contratações similares feitas por outros órgão da Administração pública, obtidos no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí-TCE/PI – PAINEL DE PREÇOS ( <https://sistemas.tce.pi.gov.br/painel-preco/#/form> ), nos termos do art. 23,§1º, inc. II da lei nº 14.133/2021, chegando-se aos valores constantes no projeto básico, no memorial descritivo, na planilha orçamentária, na memória de cálculo, no cronograma físico-financeiro e demais documentos complementares, que acompanham o presente ETP.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO**

A descrição da solução, abrange a contratação de empresa especializada para serviços de Reforma e Modernização do Centro de Artesanato Mestre Dezinho em Teresina - PI, necessários a atender as demandas das atividades da Administração. Entendemos que a melhor solução é a contratação dos serviços acima, pois é a melhor relação de custo-benefício do ponto de vista financeiro, permitindo ganhos de eficiência na utilização dos recursos, além de trazer sustentabilidade e melhorias, por meio da consideração de objetivos secundários da política de compras públicas.

O descritivo dos serviços a serem executados, bem como o modelo de execução e de gestão dessa contratação serão melhor detalhados no Termo de Referência (Projeto Básico).

## 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Para a solução em questão não será adotada o parcelamento haja vista a possibilidade de elevado número de processos licitatórios, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração, quando não houver o sincronismo dos fornecimentos a serem entregues no que se refere aos fluxos, que podem ser interrompidos por eventuais desarmonias entre os fornecedores, prejudicando o cronograma da Administração.

Assim, embora inexistam a possibilidade de separação dos itens pois há um alto risco de prejuízo à eficiência da operação, e consequentemente a eficácia dos resultados pretendidos. Além disso, com a contratação de um único fornecedor é possível realizar o dimensionamento adequado do material necessário para a execução dos trabalhos, reduzindo perdas e ampliando a eficiência na aplicação dos materiais.

Ademais, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, tempestividade e garantias dos produtos. Portanto, o parcelamento incorreria em aumento de custo administrativo. Desse modo, a licitação deverá ser composta por um único grupo para aquisição de materiais

## 8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como resultados pretendidos a **melhoria das condições de uso, funcionamento, segurança e preservação** do Centro de Artesanato Mestre Dezinho, consolidando-o como equipamento público adequado às suas finalidades culturais, econômicas e turísticas.

As intervenções previstas visam a **reorganização, recuperação e modernização dos ambientes existentes**, promovendo a adequação estrutural, funcional e estética do edifício, bem como a ampliação da acessibilidade e do conforto aos usuários. Espera-se, com isso, proporcionar **melhores condições de trabalho aos artesãos e servidores**, além de oferecer **ambientes mais seguros, eficientes e atrativos** para expositores e visitantes, contribuindo para a valorização do artesanato local e para o fortalecimento da economia criativa e do turismo no município de Teresina/PI.

## 9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Considerando que a Administração Pública deverá definir o objeto no TR com todos os seus elementos essenciais e acidentais, homenageando a qualidade, o benefício, a superioridade e, enfim, a vantagem que não é em absoluto sinônimo de menor valor, o edital deve prever mecanismo de obtenção de qualidade e estabelecer as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que sejam pertinentes e correlatas ao cumprimento das obrigações assumidas, acompanhando o mandamento constitucional estampado no inciso XXI do artigo 37 da Carta Maior.

Serão estabelecidas premissas para a execução contratual, valorizando-se a qualidade e os demais objetivos, dotações orçamentárias e recursos, obrigações das partes, rescisão do contrato, penalidades, pagamentos e demais disposições gerais.

Em razão do grau de complexidade da contratação não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

## 10. VERIFICAÇÃO SE HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

### 11.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Projeto de **Reforma e Modernização do Centro de Artesanato Mestre Dezinho, em Teresina/PI**, tem por finalidade identificar os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução da obra e indicar as medidas mitigadoras a serem adotadas durante a fase de execução e após a conclusão dos serviços.

Por se tratar de intervenção em edificação existente, situada em área urbana consolidada, os impactos ambientais previstos são **pontuais, temporários e de baixa magnitude**, relacionados principalmente à geração de resíduos, emissão de poeira, ruídos e interferências no entorno imediato, passíveis de controle por meio da adoção de boas práticas construtivas e atendimento à legislação ambiental vigente.

### 11.2 ALTERAÇÃO NA QUALIDADE DO AR

Durante a execução dos serviços poderão ocorrer **emissões de poeira, material particulado e gases**, decorrentes da operação de máquinas, equipamentos e do transporte de materiais no canteiro de obras. Tais emissões podem causar **incômodos temporários** aos trabalhadores e à população do entorno imediato, além de impactos pontuais sobre a vegetação existente.

Considerando que se trata de **obra de reforma em edificação existente**, os impactos previstos são **localizados, temporários e de baixa magnitude**, não envolvendo movimentação significativa de terra. Ainda assim, deverão ser adotadas medidas mitigadoras, tais como: **manutenção e regulação periódica dos equipamentos**, **umedecimento de áreas e materiais sujeitos à geração de poeira**, quando necessário, e **cobertura adequada das cargas durante o transporte de materiais**, visando minimizar a dispersão de particulados e garantir melhores condições ambientais e de segurança.

### 11.3 PRODUÇÃO DE RUÍDOS E VIBRAÇÕES

Durante a fase de execução da obra poderão ocorrer **ruídos e vibrações temporários**, decorrentes da operação de máquinas, equipamentos e do transporte de materiais. Tais impactos são **pontuais e de baixa magnitude**, compatíveis com intervenções de reforma em edificação existente, não representando risco significativo ao entorno.

Para mitigação desses efeitos, deverão ser adotadas medidas como a **manutenção e regulação periódica dos equipamentos**, o **controle dos horários de execução dos serviços**, em conformidade com a legislação local, e a **fiscalização contínua das atividades**, de modo a minimizar incômodos à vizinhança e garantir condições adequadas de trabalho.

#### 11.4 ALTERAÇÕES NA QUALIDADE DO SOLO

As intervenções previstas no Projeto de Reforma e Modernização do Centro de Artesanato Mestre Dezinho envolvem **interferências pontuais no solo**, restritas principalmente a adequações de fundações, recomposições localizadas e áreas de apoio ao canteiro de obras. Não estão previstas movimentações significativas de terra, cortes ou aterros de grande porte.

Os impactos sobre o solo são considerados **localizados, temporários e de baixa magnitude**, devendo ser controlados por meio da **execução dos serviços conforme as normas técnicas vigentes**, com adequada organização do canteiro, manejo correto dos materiais e prevenção de processos erosivos. Sempre que houver remoção de solo ou material orgânico, este deverá ser **devidamente acondicionado e, quando aplicável, reaproveitado ou destinado de forma ambientalmente adequada**.

#### 11.5. ALTERAÇÕES NA QUALIDADE DA ÁGUA

Durante a execução da obra, deverão ser adotados cuidados para evitar a **contaminação de recursos hídricos**, especialmente no manejo de águas servidas, resíduos líquidos e produtos potencialmente poluentes. Não estão previstas captações diretas em corpos d'água superficiais. O consumo de água deverá ocorrer de forma controlada, priorizando o uso racional e a destinação adequada de efluentes, conforme a legislação ambiental vigente.

#### 11.6 MUDANÇAS NA PAISAGEM

As intervenções previstas poderão ocasionar **alterações temporárias na paisagem**, restritas ao período de execução da obra. Por se tratar de reforma e modernização de edificação existente em área urbana consolidada, não estão previstos desmatamentos significativos, sendo eventuais interferências limitadas à remoção pontual de vegetação ornamental ou arbustiva, quando necessária. Ao final da obra, os espaços externos deverão ser **recompostos e adequadamente finalizados**, restabelecendo as condições paisagísticas do local.

#### 11.7 AFUGENTAMENTO DA FAUNA

Considerando que a obra será executada em **área urbana consolidada**, não se prevê impacto significativo sobre a fauna local. Eventuais interferências serão **pontuais e temporárias**, não comprometendo habitats naturais nem a dinâmica da fauna existente.

#### 11.8 CANTEIROS DE OBRAS

O canteiro de obras deverá ser implantado conforme o projeto e as condições do local, observando-se as **boas práticas ambientais e de segurança**. Deverão ser adotadas medidas como: destinação adequada de efluentes sanitários; armazenamento correto de óleos, combustíveis e resíduos; prevenção de vazamentos; e manutenção das áreas organizadas e limpas. Ao término da obra, o canteiro deverá ser **totalmente desmobilizado**, com limpeza e recuperação das áreas utilizadas.



## 11.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É vedado o descarte inadequado de resíduos, materiais ou substâncias em áreas públicas ou privadas, devendo todos os resíduos gerados durante a obra receber **destinação ambientalmente adequada**, em conformidade com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis.

## 12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO)

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é **tecnicamente e ambientalmente viável**, considerando a disponibilidade de mercado, a natureza dos serviços a serem executados e a competitividade do setor. Não foram identificados impedimentos que inviabilizem o prosseguimento do processo de contratação.

## 13. MAPA DE RISCO

### RISCO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROBABILIDADE	Baixa	X	Média	Alta
IMPACTO	Baixo	X	Médio	Alto
AÇÃO PREVENTIVA	Planejamento, considerando a descrição detalhada dos serviços. Verificação por meio transparente de comunicação com fornecedores.			
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Novo planejamento para posterior licitação			

### RISCO DE ATRASO NA ASSINATURA DO CONTRATO

PROBABILIDADE	Baixa	X	Média	Alta
IMPACTO	Baixo	X	Médio	Alto
AÇÃO PREVENTIVA	Planejamento de edital e contrato com cláusulas de proteção que ajudarão o Município a se precaver de atrasos na assinatura do contrato.			

#### 14. CONCLUSÃO E ASSINATURAS DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida. Encaminhamos este ETP para fins de apreciação pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ LEÃO AZEVEDO DE CARVALHO NETO - Matr.0352578-3, Coordenador**, em 21/01/2026, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0021942331** e o código CRC **D1471C41**.

**Referência:** Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00119.000017/2026-87

SEI nº 0021942331